



**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR ELAINE BIANCHI DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**

**Processo: 08063133420198230010**

**AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**  
**AGRAVADO: SUMAIA SOBRAL DE MELO**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos do **RECURSO DE APELAÇÃO** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.<sup>ª</sup>, interpor

#### **AGRAVO REGIMENTAL**

da r. decisão monocrática, na forma e termos que passa a expor.

#### **DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO:**

Dispõe o art. 1.021 do NCPC:

“Art. 1.021 - Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

§ 1º - Na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

§ 2º - O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta. [...]

Tendo sido conhecido e julgado monocraticamente o recurso, para negar provimento ao Recurso de Apelação.

#### **BREVE RELATO DOS FATOS**

Alega a Agravada, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em **25/04/2017**, restando permanentemente inválido.

Assim, ajuizou a presente demanda requerendo a indenização referente ao Seguro DPVAT.

O M.M. Juízo “a quo” entendeu, por julgar parcialmente a demanda condenando a Agravante ao pagamento de indenização no importe de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais) a crescidos de juros, correção monetária e honorários advocatícios.

Considerando a ausência de nexo de causalidade a Agravante interpôs recurso de Apelação o qual foi negado provimento monocraticamente pela i. Relatora.

### DA DECISÃO AGRAVADA

Em suas razões de decidir, o Aclarado Relator entendeu por **NÃO ACOLHER** O recurso interposto, sob o fundamento de que as divergências apontadas no recurso não comprovam a ausência de nexo de causalidade.

Entretanto, conforme consta da documentação carreada nos autos, há grande divergência de informações entre os documentos juntados pela parte Agravada nos autos como se verá a seguir.

Antes de ajuizar a presente demanda a parte Agravada realizou pedido administrativo no qual apresentou Boletim de ocorrência registrado em 28/11/2018 informando que o sinistro ocorreu dia 19/04/2017:

| DADOS DO REGISTRO                                  |                                 |
|--|---------------------------------|
| Data/Hora Início do Registro: 28/11/2018 14:18     | Data/Hora Fim: 28/11/2018 14:19 |
| Delegado de Polícia: Adriano Silva Severino Santos |                                 |

  

| DADOS DA OCORRÊNCIA                     |                             |
|---|-----------------------------|
| Ato: 3º Distrito Policial               |                             |
| Data/Hora do Fato: 19/04/2017 17:30     |                             |
| <b>Local do Fato</b>                    |                             |
| Município: Boa Vista (RR)               | Bairro: Santa Tereza        |
| Logradouro: R Antares                   | Nº: s/n                     |
| Tipo do Local: Via Pública              |                             |
| <b>Natureza</b>                         | <b>Meio(s) Empregado(s)</b> |
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Não Houve                   |

  

| ENVOLVIDO(S)  |                              |
|---|------------------------------|
| <b>Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRACTOR)</b> |                              |
| Nacionalidade: Brasileira                                   | Sexo: Masculino              |
| <b>Endereço</b>   |                              |
| Município: Boa Vista - RR                                   |                              |
| <b>Nome Civil: SUMAIA SOBRAL MELO (COMUNICANTE)</b>         |                              |
| Nacionalidade: Brasileira                                   | Naturalidade: RR - Boa Vista |
| Sexo: Feminino  | Nasc: 19/07/1977             |

Porém, juntou aos autos **OUTRO BOLETIM DE OCORRÊNCIA** registrado em 11/10/2018 informando que o sinistro ocorreu dia 25/04/2017:

| DADOS DO REGISTRO                                  |                                 |
|--|---------------------------------|
| Data/Hora Início do Registro: 11/10/2018 09:52     | Data/Hora Fim: 11/10/2018 10:06 |
| Delegado de Polícia: Adriano Silva Severino Santos |                                 |

  

| DADOS DA OCORRÊNCIA                     |                             |
|---|-----------------------------|
| Ato: 3º Distrito Policial               |                             |
| Data/Hora do Fato: 25/04/2017 17:30     |                             |
| <b>Local do Fato</b>                    |                             |
| Município: Boa Vista (RR)               | Bairro: Santa Tereza        |
| Logradouro: R Antares                   | Nº: s/n                     |
| Tipo do Local: Via Pública              |                             |
| <b>Natureza</b>                         | <b>Meio(s) Empregado(s)</b> |
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Não Houve                   |

  

| ENVOLVIDO(S)  |                              |
|---|------------------------------|
| <b>Nome Civil: SUMAIA SOBRAL MELO (COMUNICANTE)</b> |                              |
| Nacionalidade: Brasileira                           | Naturalidade: RR - Boa Vista |
| Profissão: Vendedor                                 | Sexo: Feminino               |
| Estado Civil: Solteiro(a)                           | Nasc: 19/07/1977             |
| Nome da Mãe: Elvina Sobral Melo                     |                              |
| <b>Endereço</b>                                     |                              |
| Município: Boa Vista - RR                           | Nº: 374                      |
| Logradouro: R Francisco Anacleto da Silva           |                              |

Ora i julgadores, conforme documentação acostada, o boletim de ocorrência descreve um suposto acidente ocorrido em 25/04/2019 porém o boletim de atendimento médico informa que no dia 25/04/2019, houve atendimento médico de queixa do paciente de um suposto acidente de moto ocorrido 1 semana antes ( pag 18).

Motivo pelo qual, a Agravante passa a discorrer sustentando seu direito eis que não consta nos autos, nenhum documento hospitalar com data da época do acidente, acrescentando, oportunamente, que normalmente, pacientes vítimas de acidente ao adentrarem na rede hospitalar pública, tem registros policiais iniciados no local pelo policial de plantão no ente público.

E mesmo diante, de tantas possibilidades, não há nos autos nenhum documento com a data do período indicado como sendo a data que ocorreu o acidente noticiado. Não havendo certeza absoluta que a lesão sofrida pelo autor, seja decorrente do sinistro alegado.

Neste sentido se o atendimento ocorreu 1 semana após o acidente, significa afirmar que o sinistro se deu em 18/04/2017 e não na data informada no BO.

Ilustre Relator, como de comum sabença, todo Juízo tem seu livre convencimento para compor sua decisão, que será sempre manifestado com arrimo nos fatos, provas e argumentações que lhes forem apresentados, porém, não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Tem-se, Exas., que a decisão da Ilustre Relatora foi equivocada visto que a Agravada não cumpriu os requisitos insculpidos no artigo 373, I do CPC, devendo o mesmo ser colocado em pauta para julgamento, conforme todo o exposto no aludido Agravo interno.

#### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **REQUER A AGRAVANTE QUE SEJA EXERCIDO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PELA RELATORA E/OU QUE SEJA POSTO EM JULGAMENTO DESTE COLEGIADO PARA QUE CONHEÇA DO RECURSO DE APELAÇÃO, REFORMANDO A R. SENTENÇA POR SER MEDIDA DE INTEIRA JUSTIÇA, razão pela qual**, requer-se que seja reconsiderada a decisão que conheceu e negou seguimento ao Recurso de Apelação monocraticamente;

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**